

# A volta dos artifícios

O ministro Marcílio Marques Moreira conseguiu convencer a sociedade de que não recorreria a um choque heterodoxo (ou seja, congelamento dos preços e salários) e, com isso, a taxa de inflação cedeu. Uma fiscalização mais apurada dos gastos públicos e um controle monetário maior, temperado por uma alta das taxas de juro, conseguiram tal milagre. Porém, a ortodoxia econômica foi acompanhada por uma recessão que alguns consideram excessiva.

Daí uma idéia nova: a prefixação dos preços e salários, o que, segundo seus defensores, permitiria amenizar os efeitos recessionistas da política ortodoxa seguida pelo Planalto.

Afirma-se que essa política, inspirada pelo México (que experimentou uma recessão muito superior à do Brasil), seria do agrado do presidente Fernando Collor de Mello, encontrando apenas uma divergência, a do ministro da Economia. Pode-se entender tal resistência por parte de Marcílio, um homem que, convicto de não ter ainda vencido a batalha da inflação, está igualmente consciente de que a prefixação poderia logo reintroduzir um mecanismo de indexação, contra o qual tanto lutou desde que assumiu a pasta.

Nada permite pensar que já saímos da inflação, uma vez que, até agora, apenas conseguimos afastar o perigo da hiperinflação, com a grande diferença de que tal resultado foi obtido sem congelamento.

Uma inflação mensal de cerca de 20% não pode tranquilizar um ministro, por se saber que nesse grau não é difícil o retorno a uma reaceleração da alta

dos preços. Impõe-se a manutenção da política atual antes que se pense em inventar métodos que possam estimular os negócios.

A opção, neste momento, pela prefixação dos preços e salários seria muito perigosa. Há notória dificuldade de fixação da inflação futura numa economia tão vulnerável quanto a nossa.

Cumpre seguir, até os limites extremos a atual política e convencer a sociedade de que a retomada do crescimento exige um controle real do déficit público, meta que está longe de ser assegurada, com a 'nova' política tributária. Impõe-se ainda manter uma política monetária apertada para favorecer a constituição de uma poupança que não represente apenas uma proteção contra a inflação.

Em torno do modelo mexicano gravita um consenso social, um pacto ainda não estabelecido entre nós por falta de condições. Desde que se consiga reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional e se comprove que realmente optamos pela austerdade, poderemos pensar em estimular a retomada do desenvolvimento, mas apenas por intermédio dos mecanismos do mercado.

**Não de artifícios**

